

IDENTIFICAÇÃO DOS CAMPOS DE EXPERIÊNCIAS NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL

DENÍZIA MARIA DINIZ RONDEL¹; LIDIANE HOTT DE FÚCIO BORGES²;
ANDRÉIA ALMEIDA MENDES³; JACQUELINE HELEN DE LIMA⁴; MOISÉS LUIZ
GOMES SIQUEIRA⁵; PAULO VINÍCIUS SILVA DE SANTANA⁶

¹ Graduanda em Pedagogia no Centro Universitário UNIFACIG, denizadinizcarolime1407@gmail.com.

² Mestre em Engenharia e Ciências dos Materiais pela Universidade Estadual Norte Fluminense (UENF), professora no Centro Universitário UNIFACIG, lidiane@sempre.unifacig.edu.br.

³ Doutora em Linguística pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), professora no Centro Universitário UNIFACIG, andreialetras@yahoo.com.br.

⁴ Mestre em Linguística pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), professora no Centro Universitário UNIFACIG, jacquelinehelenlima@gmail.com.

⁵ Mestre em Desenvolvimento Local pelo Centro Universitário Augusto Motta, Brasil, professor no Centro Universitário UNIFACIG, moises@sempre.unifacig.edu.br.

⁶ Mestre em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), professor no Centro Universitário UNIFACIG, pvss13@gmail.com.

RESUMO

A fim de acompanhar as mudanças sociais, a educação necessita estar em constante mudança e evolução, em virtude disso, cabe aos envolvidos no processo educacional repensar suas práticas, bem como estar atualizado com as diretrizes propostas pelo governo. Esse trabalho trata-se de uma revisão bibliográfica pautada nos Campos de Experiência da Educação Infantil na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A referida base traz orientações curriculares nas mais diversas disciplinas, além de orientações para formação dos professores, criação de material didático e formas de avaliação. No caso da educação Infantil, a BNCC indica as experiências fundamentais para que as crianças de 0 a 5 anos aprendam e se desenvolvam por meio de campos de experiências que enfatizam noções, habilidades, valores e afeto. Assim, parte-se das seguintes indagações: como devem ser desenvolvidas as práticas da educação infantil tendo por base os campos de experiência? Quais as competências para cada idade? Como os objetivos propostos pela BNCC devem ser trabalhados em sala de aula?

Palavras-chave: BNCC; Campos de Experiências; Educação Infantil.

IDENTIFICATION OF FIELDS OF EXPERIENCES IN THE NATIONAL COMMON CURRICULUM BASE OF EARLY CHILDHOOD EDUCATION

ABSTRACT

This is a bibliographic review based on the Fields of Experience of Early Childhood Education in the National Common Curricular Base (BNCC). This base brings curricular guidelines in the most diverse disciplines, in addition to guidelines for teacher training, creation of didactic material and forms of evaluation. In the case of kindergarten, the BNCC indicates the fundamental experiences for children from 0 to 5 years old to learn and develop through fields of experiences that emphasize notions, skills, values and affection. Thus, the starting point is the following question: how should early childhood education practices be developed based on the fields of experience? What are the skills for each age? How should the objectives proposed by the BNCC be worked on in the classroom?

Keywords: BNCC; Child education; Fields of Experiences.

1 INTRODUÇÃO

Com o intuito de acompanhar as mudanças sociais, a educação necessita estar em constante mudança e evolução. Em virtude disso, cabe aos envolvidos no processo educacional repensar suas práticas, bem como estar atualizado com as diretrizes propostas pelo governo.

Dentro deste contexto de mudança, surge a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), um documento de caráter normativo que "define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica", assegurando a todos os alunos os direitos de aprendizagem e desenvolvimento, conforme o Plano Nacional de Educação (PNE) (BRASIL, 2017, p.7).

A partir da BNCC, o aprendizado na educação infantil não é mais abordado a partir da compreensão do conteúdo das grades curriculares. Surgem os campos de experiência da BNCC, que têm o objetivo de, entre outras coisas, priorizar o desenvolvimento infantil como um todo e não um aprendizado fragmentado em disciplinas e/ou conteúdo.

Ressalta-se que a BNCC indica, para a educação infantil, as experiências fundamentais para que as crianças de 0 a 5 anos aprendam e se desenvolvam por meio de campos de experiências que enfatizam noções, habilidades, valores e afeto.

Tendo em vista a importância da BNCC e a necessidade de aprendizagem dessas crianças, este artigo pretende analisar os 5 Campos de Experiência da Educação Infantil na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) por meio de um artigo de revisão bibliográfica, partindo-se das seguintes indagações: como devem ser desenvolvidas as práticas da educação infantil tendo por base os campos de experiência? Quais as competências para cada idade? Como os objetivos propostos pela BNCC devem ser trabalhados em sala de aula? Para tanto, essa pesquisa analisa não só a BNCC como os principais referenciais teóricos e leis relacionadas à educação infantil.

2 BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC)

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo, que "define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica", de forma a assegurar a todos esses alunos os direitos de aprendizagem e desenvolvimento, conforme o Plano Nacional de Educação (PNE) (BRASIL, 2017, p.7).

Conforme o inciso primeiro do artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a BNCC está relacionada exclusivamente à educação escolar (BRASIL, 1996); orientando-se “pelos princípios éticos, políticos e estéticos necessários à formação humana

integral e à construção de uma sociedade com princípios pautados na justiça, democracia e cidadania”. Ainda com base na LDB, no artigo 9º, inciso IV, cabe à União:

estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, que nortearão os currículos e conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum (BRASIL, 1996, *online*).

Com o intuito de concretizar o proposto pela LDB, a BNCC passou a ser considerada como um documento obrigatório e norteador para a elaboração dos currículos de todas as escolas do país, sejam elas públicas ou privadas. Essa base foi construída por diversos autores em um processo composto por nove etapas, das quais foi produzida a versão final da BNCC, homologada em dezembro de 2017, pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC). A partir de 2018, todos os estados e os municípios começaram o processo de implementação do proposto neste documento, começando pela elaboração de seus currículos. Ressalta-se que, além deste papel de orientar a construção dos currículos das escolas públicas e privadas, a BNCC também funciona como princípio norteador da formação dos professores, da criação de material didático e das formas de avaliação (BRASIL, 2017, p.7).

Na Educação Infantil, a BNCC postula que as aprendizagens e o desenvolvimento das crianças necessitam estar embasados nas interações e nas brincadeiras, sendo assegurados, às crianças dessa idade, os direitos de *conviver, brincar, participar, explorar, expressar-se e conhecer-se*. Para que isso ocorra, a BNCC propõe cinco **campos de experiências**, no âmbito dos quais são definidos os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento (BNCC, 2017).

3 EDUCAÇÃO INFANTIL

Até o século XX a educação da criança era restrita ao ambiente familiar, sendo responsabilidade principalmente da mãe zelar por essa criança, uma vez que a mulher possuía o papel de cuidadora do lar enquanto os maridos trabalhavam nas lavouras e engenhos para sustentar a família. Dentro deste contexto, a infância durava até os sete anos; após esse período inicial, a criança passava a ser vista como um adulto em miniatura e passava a ser tratada como tal (OLIVEIRA, 2002).

Apesar dessa função familiar do cuidado com a criança, o governo necessitou criar um programa de assistencialismo à criança pobre uma vez que a taxa de mortalidade infantil era alta, em função de problemas relacionados à desnutrição, à falta de higiene, epidemias, má alimentação e abandono de crianças pelas famílias. Dessa forma, “no período precedente à

proclamação da República, observam-se iniciativas isoladas de proteção a infância, muitas delas orientadas ao combate das altas taxas de mortalidade infantil da época” (OLIVEIRA 2002, p. 92).

Com a urbanização e a industrialização, esse cenário se modificou um pouco: a mão de obra masculina não era suficiente para atender a demanda das lavouras, engenhos e fábricas; em virtude disso, a mão de obra feminina passou a ser aceita dentro do ambiente fabril. Essa entrada da mulher no mercado de trabalho fez com que as mães tivessem que deixar seus filhos sendo cuidados por terceiros; o que gerou inúmeros casos de maltrato e até de óbitos de crianças. Devido a isso, os donos das fábricas começaram a montar instituições, muitas delas dentro das próprias fábricas, para cuidar dessas crianças. Essas instituições foram chamadas de creches e foram planejadas como uma espécie de instituição de saúde: as crianças passavam por rotinas de triagem, lactário, higiene, havendo ainda profissionais de enfermagem (KUHLMANN, 1998).

Assim, foram sendo criados no Brasil jardins de infância e creches, havendo a seguinte diferença: “O jardim de infância, criado por Froebel, seria a instituição educativa, enquanto a creche e as escolas maternas - ou qualquer nome dado a instituições com características semelhantes às *Salles d’asile* francesas- seriam assistenciais e não educativas.” (OLIVEIRA, 2002, p. 100). Observa-se, então, que os pais socioeconomicamente mais favorecidos enviavam as crianças para o jardim de infância, enquanto que os pais com condições socioeconômicas desfavoráveis enviavam seus filhos para as creches.

Ressalta-se ainda que a criação de creches e jardins de infância, em nenhum momento ocorreu com o intuito de educar e/ou pensando no desenvolvimento das crianças; mas sim para atender uma demanda social, uma demanda do mercado de trabalho. Só após muitas buscas é que surgiram avanços relacionados às funções educacionais da Educação Infantil.

É importante mencionar que as escolas infantis no Brasil sofreram, no decorrer dos tempos, diferentes mudanças em suas funções, as quais passaram pelo assistencialismo, custódia e privação cultural, até a função educativa. [...] do ponto de vista histórico, houve um avanço significativo da legislação quanto esta reconheceu a criança como cidadã, como sujeito de direitos, inclusive o direito à educação de qualidade desde o nascimento. (PASCHOAL; MACHADO, 2009, p.1).

Com o advento da Constituição de 1988, o acesso à creche passou a ser um direito da criança e dever do Estado, sendo observado que esse direito não poderia ter apenas função assistencialista, mas também caráter educacional. A partir daí, a educação infantil passou a ganhar destaque:

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal 8.069/90), que baseado na “Doutrina da Proteção Integral”, buscou garantir e proteger direitos para criança e adolescentes previstos na CF/88, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96, que também reforçou e ampliou essa perspectiva, ao tratar a educação infantil como primeira etapa da educação básica e o FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (GOMES, 2009, p.96).

Dessa forma, a Constituição Federal, em seu artigo 208, incisos I e IV, assegura que é dever do Estado: “I - educação básica obrigatória e gratuita dos 04 aos 17anos, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; IV - educação infantil em creche e pré-escola, às crianças até 05 anos (BRASIL, 1988, on-line). E também: “Paralelo a isso, a educação Infantil passou a compor a primeira etapa da LDB, sendo organizada em dois seguimentos, a saber: “I - em creches ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; II - em pré-escolas, para crianças de quatro a seis anos de idade”. (SILVA, 2003, p. 100).

Passou-se, assim, a ser obrigatória a matrícula na escola da criança a partir dos 4 anos de idade por parte dos pais e dever do Estado garantir vagas para essas crianças nas escolas estaduais e municipais, sendo passível de multas a ambas partes o não cumprimento dessa determinação. “Perante esta nova lei, se os pais não respeitarem e nem cumprirem com essa obrigatoriedade da nova legislação, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, os mesmos podem vir a serem multados” (SILVA, TAVARES, 2016, p.7). Observa-se que, com relação às crianças de 06 meses a 3 anos de idade, é assegurado o direito à permanência em creches, caso seja essa a opção da família.

A BNCC, por sua vez, determinou o que necessita ser trabalhado na educação infantil, por meio da criação de 5 campos de experiências, considerados fundamentais para que as crianças de 0 a 5 anos aprendam e se desenvolvam. Esses campos de experiência serão descritos a seguir.

4 CAMPOS DE EXPERIÊNCIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

O currículo a ser trabalhado pela Educação Infantil é definido, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI), em seu artigo 3º, “como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos” (BRASIL, 2010, on-line).

Esse conjunto de práticas objetiva construir não somente as bases para o desenvolvimento integral da criança como também embasa a vida escolar e cidadã futura dessa

criança, sendo de fundamental importância o seu cumprimento. Com o intuito de embasar essas práticas e de articular o seu desenvolvimento, a BNCC, em sua terceira versão, aponta descobertas, constatações científicas e características fundamentais no processo de crescimento infantil que necessitam ser colocadas em prática na educação infantil (BRASIL, 2017).

Em virtude do exposto, a BNCC estabelece o que ela chamou de Campos de Experiência que nada mais são do que campos a serem trabalhados com as crianças que enfatizam noções, habilidades, atitudes, valores e afetos essenciais para se trabalhar com crianças de 0 a 5 anos para que elas se desenvolvam. Parte-se do pressuposto de que o conhecimento vem com aquilo que a criança possui no ambiente escolar (BRASIL, 2017).

Objetiva-se, assim, dar suporte ao professor no planejamento de sua prática; ficando claro que as práticas em sala de aula precisam estar relacionadas, de forma direta, com as necessidades e interesses das crianças, pois somente assim a vivência trabalhada em sala de aula terá, de fato, um propósito educativo. Dessa forma, atividades mecânicas e que não possibilitem que as crianças se expressem de formas únicas e pessoais devem ser abolidas de sala de aula para dar lugar a práticas sociais significativas e integradas, relacionadas às situações cotidianas que explorem o lado lúdico (BRASIL, 2017).

Como forma de nortear essas práticas, foram criados 5 Campos de Experiência para apoiar o trabalho do professor. Esses campos podem ser melhor visualizados na Figura 1 a seguir:

FIGURA 1 – CAMPOS DE EXPERIÊNCIAS – QUADRO FACILITADOR

QUADRO FACILITADOR – Pauta do Olhar: CAMPOS DE EXPERIÊNCIAS



CAMPOS DE EXPERIÊNCIAS	Do que se trata? O que as crianças nos contam? O que observar?			
O EU, O OUTRO, O NÓS	Percepção do próprio corpo, limites, habilidades e singularidades.	Expressão de sentimentos, desejos e necessidades. Percepção do efeito das próprias ações. Ações de empatia.	Pesquisa, curiosidade, autonomia no brincar e nos cuidados de si e do outro. Colaboração e compartilhamento.	Relação: interação (adultos e crianças). Brincadeiras individuais, lado a lado e em grupo.
CORPO, GESTOS E MOVIMENTOS	Autonomia e segurança para buscar objetos, pessoas, se deslocar e brincar	O corpo que brinca, enfrenta desafios e busca controle, posicionamento espacial, deslocamentos, adequação de gestos e movimentos.	O corpo como comunicador: gestos e movimentos expressivos.	Cuidado com o próprio corpo, higiene, alimentação e bem estar.
ESCUÇA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO	Expressão oral e diálogo: balbucios, fala e brincadeiras com a oralidade.	Narração de acontecimentos, criação de enredos, recontos.	Compreensão da fala do adulto/outras crianças e diferenciação da intenção do discurso	Elaboração e expressão de hipóteses e explicações.
TRAÇOS, SONS, FORMAS E IMAGENS	Brincadeira e pesquisa de sons, ritmos, músicas, gestos, movimentos e dança.	Pesquisa e experimentação de marcas gráficas com diferentes riscadores e suportes: texturas, planos, cores, formas e volumes.	Exploração da transformação de materiais (tintas, massas, argila), bi e tridimensionalidade. Exploração de materiais de largo alcance ("não estruturados").	Faz de conta, fantasia e imaginação, encenação, manifestações culturais, e artísticas.
ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES E TRANSFORMAÇÕES	Exploração das características dos objetos e materiais: odor, sabor, sonoridade, forma, peso, tamanho, posição, plasticidade etc.	Vivência e pesquisa de transformação de materiais, fenômenos naturais (clima, tempo, relevo) físicos e químicos. Elaboração de hipóteses (a partir de 24 meses).	Estratégias para realizar classificação, ordenação, transferência, medição, quantificação.	Relação e experiências com a Natureza, ciclos de vida, diversidade de espécies, relações entre seres vivos, ambiente, água, ar terra e fogo (luz, sol, energia).

Fonte: Rosset, [s.d.].

Além de definir os campos de experiência, a BNCC também traz uma divisão por idades; assim, ao invés de habilidades, há objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que devem ser atingidos por cada grupo etário, a saber: o primeiro grupo é formado por bebês (de 0 a 1 ano e 6 meses); o segundo grupo é formado por crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses) e o terceiro grupo formado por crianças pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses) (BRASIL, 2017).

Esses 3 grupos foram assim formados em função das diferentes características e necessidades dessas faixas etárias considerando também as diferentes possibilidades de interação que cada uma dessas faixas etárias tem com o mundo e com as pessoas que as cercam. Assim, o currículo da escola deve ser pensado observando essas diferenças de forma que o educador consiga focar em cada faixa etária, promovendo maior desenvolvimento da

criança, mas respeitando a individualidade de cada um: ritmo, interesses e necessidades (BRASIL, 2017).

Cumprе ressaltar ainda que a BNCC, como o próprio nome já diz, é apenas uma base e não um currículo, não sendo assim um documento de orientação didático/pedagógica; assim sendo, os objetivos da BNCC não devem ser tratados como um checklist no dia a dia da escola. Por meio dos eixos de interação, brincadeira e os Campos e Experiência, são criadas estruturas para que a prática escolar ocorra, observando os direitos de desenvolvimento e aprendizagem das crianças; desse modo, a autonomia no planejamento das aulas é do professor, a base servirá, nesse caso, como forma de clarear as aprendizagens que precisam ser desenvolvidas em casa fase. (BRASIL, 2017).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo objetivou analisar os Campos de Experiências propostos pela BNCC para serem trabalhados na Educação Infantil. Para tanto, as seguintes indagações foram analisadas: como devem ser desenvolvidas as práticas da educação infantil tendo por base os campos de experiência? Quais as competências para cada idade? Como os objetivos propostos pela BNCC devem ser trabalhados em sala de aula?

Observou-se, neste artigo, que os Campos de Experiência postulados pela BNCC trazem uma grande evolução para a Educação Infantil, uma vez que funcionam como um “arranjo curricular” que trazem experiências concretas para as crianças, auxiliando-as a construírem seu conhecimento a partir de suas vivências, bem como estimulando seu desenvolvimento e socialização.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1998). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1998. Senado Federal, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Educação é a base. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79601-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf-2&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 4 ago. 2023.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2011.

GOMES, Marineide de Oliveira. **Formação de Professores na Educação Infantil**. São Paulo, SP: Cortez, 2009.

INSTITUTO AYTON SENNA. **Caminhos para a educação integral**: saberes e fazeres docentes na constituição de um currículo integrado. Florianópolis, IAS, 2019. Disponível em: <https://institutoayrtonsenna.org.br/content/dam/institutoayrtonsenna/atua%C3%A7%C3%A3o/iniciativas/solu%C3%A7%C3%A3o-educacional-para-o-ensino-m%C3%A9dio/instituto-ayrton-senna-ebook-curriculo-ensino-medio.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2020.

KUHLMANN JR, Moysés. **Infância e Educação Infantil**: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 1998. 210p.

LOPES, Maria da Glória. **Jogos na educação**: criar, fazer, jogar. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MALUF, Ângela Cristina Munhoz. **Brincar**: prazer e aprendizado. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

OLIVEIRA, Zilma Ramos. **Educação Infantil**: fundamentos e métodos. São Paulo. SP: Cortez, 2002.

PASCHOAL, Jaqueline D.; MACHADO, Maria C. G. A História da Educação Infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. **Revista HISTEDBR On-line** - Artigo, Campinas, n.33, p.78-95, mar. 2009 - ISSN: 1676-2584. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/33/art05_33.pdf. Acesso em: 02 ago. 2023.

ROSSET, Joyce Menasce. **Leitura crítica BNCC Educação Infantil**, [s.d.]. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/relatoriosanaliticos/Parecer_2_Infantil_Joyce_Menasce_Rosset.pdf. Acesso em: 06 ago.2023.

SILVA, Eurides Brito da. **A educação Básica Pós-LDB**. São Paulo. Pioneira: Thomson Learning, 2003.

SILVA, Dulcilene Rodrigues da; TAVARES, Daniel Moreira. **Educação Infantil:** avanços e desafios, onde os discursos e a prática se encontram. Revista Estação Científica – Juiz de Fora, n. 15, janeiro – junho / 2016. Disponível em: <https://portal.estacio.br/media/6079/4-educa%C3%A7%C3%A3o-infantil.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2023.

VASCONCELOS, Vera M. Ramos de. Infância Invisível. In: SARMENTO, Manoel Jacinto. **Saberes e Práticas da Inclusão**. Brasília: Ed Junqueira, 2007.